

Faltam contrapartidas ao pacto federativo de Guedes

Não faz sentido apenas transferir recursos para que Estados e municípios gastem mais

21/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

De maneira muito generosa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs dividir com Estados e municípios os R\$ 106,6 bilhões que serão arrecadados com o megaleilão do excedente de petróleo da cessão onerosa. O ministro não precisava ter feito isso, mas o fez, dentro da orientação de que o Brasil precisa de um novo pacto federativo, que descentralize os recursos e reforce as finanças estaduais e municipais. Em resumo, o ministro propõe “mais Brasil e menos Brasília” para citar o slogan que o presidente Jair Bolsonaro utilizou em sua campanha.

Da montanha de dinheiro que será arrecadado no leilão da cessão onerosa, os Estados e municípios ficarão com R\$ 23,7 bilhões. É, sem dúvida, uma quantia considerável que está sendo concedida pela União sem contrapartidas a governadores e prefeitos, pelo menos que sejam conhecidas. A única exigência da lei que trata da divisão do bolo (lei 13.885/2019), recentemente sancionada por Bolsonaro, é que os recursos sejam aplicados em despesas previdenciárias e em investimentos. Mas, como sabemos, o dinheiro não tem carimbo. Governadores e prefeitos podem usar o dinheiro que têm em caixa para pagar pessoal e fornecedores e utilizar o dinheiro do leilão para pagar previdência e investimentos.

A generosidade da União, nos últimos anos, pode estar incentivando uma atitude leniente dos governadores em relação ao equilíbrio das contas estaduais. Como sabem que, em última instância, a União os socorrerá, não se esforçam para adotar medidas de ajuste fiscal, que são, na maioria das vezes, impopulares.

Na economia é muito conhecido o conceito de “moral hazard”, ou risco moral, que representa a confiança dos agentes financeiros de que o governo do seu país irá socorrê-los quando tiverem dificuldade de honrar os seus compromissos ou em situação de grave crise.

Em dezembro de 2016, o ex-presidente Michel Temer promulgou a lei complementar 156, que alongou em 20 anos o prazo de pagamento das dívidas estaduais refinanciadas pela União e concedeu descontos por 24 meses nas parcelas mensais. Em contrapartida, os Estados se comprometeram a limitar, por dois anos, o crescimento de suas despesas primárias correntes, que só poderiam ser corrigidas pela inflação.

A lei criava, portanto, um teto estadual de gastos, no mesmo momento em que foi instituído o teto de gastos para a União. Recentemente, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, informou que 10 dos 19 Estados que alongaram suas dívidas com a União não cumpriram o teto de gastos, ou seja, não deram a contrapartida exigida por lei.

O Estado que não cumprisse o teto perderia o direito ao prazo adicional de pagamento da dívida e à redução das prestações, tendo que pagar as prestações nas condições anteriores. Os 10 governos estaduais faltosos teriam que pagar cerca de R\$ 30 bilhões em um ano, o que é impossível, admitiu Mansueto. O governo federal terá, então, que perdoar, mais uma vez, aqueles governadores que não cumpriram a lei.

A União, que é avalista de empréstimos tomados pelos Estados, está tendo que honrar os compromissos, por falta de pagamento dos devedores. Em setembro, segundo o Ministério da Economia, a União pagou R\$ 442,60 milhões em dívidas garantidas dos entes subnacionais, sendo R\$ 245,63 milhões relativos a inadimplências do Rio de Janeiro, R\$ 84,04 milhões de Minas Gerais, R\$ 65,29 milhões de Goiás, R\$ 10,24 milhões do Rio Grande do Norte e R\$ 37,40 milhões do Amapá.

A proposta original de reforma da Previdência Social, encaminhada pelo governo ao Congresso, incluía novas regras para os regimes próprios de previdência dos servidores estaduais e municipais. Os parlamentares excluíram as regras do texto e não houve manifestação firme dos governadores em defesa das medidas. O Senado tenta agora aprovar uma PEC paralela com as regras para os servidores dos Estados e municípios. O secretário do Tesouro já disse que, sem reforma previdenciária, as contas dos governos estaduais não voltarão ao equilíbrio.

Sem falar que o projeto de lei que estabelece o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), também conhecido como “Plano Mansueto”, está parado na Câmara dos Deputados, desde junho. Está na hora da generosidade do ministro Guedes ser acompanhada por contrapartidas efetivas dos governadores e prefeitos. Não faz sentido apenas transferir recursos para que eles gastem mais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade
LUMIMAX

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!
MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Este emagrecedor natural é o mais eficaz que você vai encontrar
PHYTOPOWER CAPS

Mais do Valor Econômico



Deputado da ala bolsonarista diz que apresentou nova lista para promover Eduardo a líder do PSL

Major Vitor Hugo apresentou nomes de deputados que foram suspensos recentemente pela direção do PSL

21/10/2019 11:12 — Em Política

Dólar opera na casa de R\$ 4,13 com atenção ao exterior

Caso do Brexit divide espaço com andamento da reforma da Previdência

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Coluna Esplanada
Data 21/10/2019	Página: 06

Tribuna

Dívidas estaduais

A Secretaria do Tesouro Nacional desembolsou, em setembro, R\$ 442,60 milhões para "honrar" débitos de Estados endividados. Foram R\$ 245,63 milhões relativos a inadimplências do Rio de Janeiro, R\$ 84,04 milhões de Minas Gerais, R\$ 65,29 milhões de Goiás, R\$ 10,24 milhões do Rio Grande do Norte e R\$ 37,40 milhões do Amapá.

Aval latino

A Coluna antecipou que pelo menos 815 entidades da América do Sul assinaram carta de apoio ao Governo do Brasil para recondução. É uma prova de que a linha de Bolsonaro, embora a língua afiada, não assusta não, nem é – por ora – essa dita ameaça.

No lugar certo

A Câmara dos Deputados prepara audiência pública sobre o tema "devedor contumaz" e pretende convidar um alto executivo da petroleira Shell no Brasil para falar sobre o assunto. Melhor convidado não há. E deve explicar também por que barris com óleo bruto da empresa apareceram poluindo praias do Nordeste.

Estados iniciam reformas para reduzir custos com pessoal

Quatro governadores já têm planos para alterar carreiras de servidores



Ajuste local. Com crise fiscal, governadores como Ronaldo Caiado (centro) e Eduardo Leite (à direita) traçam reformas administrativas para reduzir custo com pessoal, tema indigesto politicamente

Enquanto a União ensaia uma reforma administrativa, governadores de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e São Paulo decidiram tentar aprovar nas assembleias locais ajustes para reduzir o peso de salários e pensões em suas contas. O gaúcho Eduardo Leite (PSDB) quer elevar alíquotas previdenciárias e reestruturar carreiras como as de professores e policiais para economizar R\$ 25 bilhões em dez anos. O Rio não tem plano. Para especialistas, as iniciativas devem enfrentar resistência política local.

Enquanto o governo federal ensaia uma reforma administrativa e o Senado não bate o martelo sobre a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias — que só aguardam votação em segundo turno na Casa para entrar em vigor —, ao menos quatro governadores correm em paralelo para aprovar nas assembleias ajustes para reduzir o peso da folha de pagamentos e de regimes de aposentadorias em seus combalidos caixas. Os pacotes que começam a ser apresentados propõem mudanças nas contribuições previdenciárias e na estrutura de carreiras e salários de servidores estaduais, mas, para especialistas, enfrentarão forte resistência.

A discussão está avançada particularmente nos estados com finanças mais deterioradas, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás. São Paulo termina um diagnóstico para

também levar uma proposta ao Legislativo. Já o Rio de Janeiro, mesmo da meta dedas receitas com pessoal, diz não ter qualquer plano nessa direção.

O governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), espera a aprovação das reformas que anunciou há duas semanas ainda em 2019. Com servidores recebendo salários parcelados há dois anos, ele busca uma economia de R\$ 25 bilhões em dez anos, se tudo for aprovado pelos deputados estaduais, aliviando o comprometimento do orçamento com pessoal. Segundo Leite, 82% dos gastos do estado este ano foram com pessoal.

Atarefa não é fácil. Leite quer cobrar contribuição previdenciária de todos os servidores ativos e inativos, sendo uma alíquota de 14% para os que ganham um salário mínimo. Para quem recebe mais de R\$ 20 mil, a mordida será de 18%. O plano também prevê o fim de progressões salariais automáticas na ativa. A reforma inclui categorias fortes como professores, policiais militares e bombeiros, que são hoje 80% do funcionalismo.

— Não quero dourar a pílula. Se não mexer nelas, não tem reforma —disse Leite.

MODELO CAPIXABA

Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) encaminhou há duas semanas aos deputados locais o pedido de entrada do estado no Regime de Recuperação Fiscal do Tesouro Nacional. Até o primeiro trimestre de 2020, ele manda ao Legislativo mudanças na previdência mineira.

Segundo Zema, o plano não está fechado, mas deve seguir o modelo adotado no Espírito Santo. Reformas feitas pelo ex governador capixaba Paulo Hartung (sem partido) desde 2003 aumentaram a contribuição previdenciária de todos os servidores aposentados e substituíram penduricalhos de algumas carreiras públicas por subsídios com regras iguais para todos os servidores. Segundo Regis Mattos Teixeira, que foi secretário de Planejamento do Espírito Santo entre 2015 e 2018, a folha do estado foi reduzida em 16%. A despesa com pessoal recuou de 44,9% da receita para 41,6%.

No radar de Zema ainda estão o fim de gratificações como férias-prêmio e promoções salariais automáticas, os triênios ou quinquênios. O foco, diz ele, também é reduzir o peso da folha, que consome mais de 60% da receita:

— Ninguém passará a ganhar menos, mas quem esperava dobrar de salário em dez anos não vai mais ter isso.

Em Goiás, que diz gastar 80% da receita com pagamentos, o governador Ronaldo Caiado (DEM) vai apresentar, nesta semana, sua proposta de reforma previdenciária. Desde 2010, o rombo na seguridade social do estado triplicou — deve chegar a R\$ 2,9 bilhões em 2019. Na semana passada, o economista Paulo Tafner, especialista em previdência, esteve em Goiânia para acertar os detalhes da proposta, que vai na mesma linha de Minas e Rio Grande do Sul. — O orçamento no ano que vem tem receitas de R\$ 29 bilhões e despesas de R\$ 33 bilhões. A conta não fecha. A reforma não pode esperar —diz o vice-governador goiano, Lincoln Tejada (PROS).

Mesmo no governo de São Paulo, que espera fechar 2019 sem déficit, reformas estão a caminho. A gestão do tucano João Doria quer enviar à Assembleia paulista mudanças no regime de aposentadorias local caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela à reforma da Previdência, que inclui os estados, em debate no Senado, não avance. Além disso, fontes próximas ao Palácio dos Bandeirantes dizem que técnicos do governo estão passando um pentefino em estatutos das carreiras de servidores concursados. Segundo o vice-governador Rodrigo Garcia (DEM), estão confirmadas, até o momento, mudanças no magistério. O projeto com essas alterações será encaminhado à Assembleia até o fim do ano.

RIO NÃO TEM PLANO

Para o economista Pedro Schneider, especialista em contas públicas estaduais do banco Itaú, os estados sofrem mais que a União com a existência de muitos benefícios para categorias do serviço público:

— As carreiras maiores e mais organizadas conseguem reajustes melhores. Ao ajustá-las, essas reformas vão por um bom caminho.

Carlos Ari Sundfeld, professor da Escola de Direito da FGV, pondera que as assembleias têm mais dificuldades para aprovar pautas desse tipo por causa da proximidade com corporações poderosas, como professores e militares:

—A pressão sobre as assembleias é maior que no Congresso. Vai haver resistência. Para Regina Esteves, presidente da Comunitas, uma ONG de inovação em gestão pública que dá apoio a estados interessados em fazer ajustes, a combinação de uma pressão crescente dos cidadãos pela melhoria de serviços públicos e desajustes fiscais nos estados pode favorecer o debate:

— São ajustes positivos a longo prazo.

No Rio, apesar da folha de pagamentos de R\$ 40,4 bilhões, a assessoria do governador Wilson Witzel informou que ele não falaria sobre o tema porque não tem plano de reforma administrativa. Na Assembleia do Rio, palco de protestos de servidores com salários atrasados no governo passado, há pouco espaço político para medidas nesse sentido. Para o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT-RJ), a redução de secretarias e o aumento da alíquota previdenciária dos servidores para 14% na gestão passada já funcionaram como reformas parciais. Para ele, a prioridade do Rio agora deve ser acertar as contas com a União para preservar o Regime de Recuperação Fiscal. (Colaborou Camilla Pontes)

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21/10/2019	Caderno: Economia e Negócios



Estados do Nordeste querem taxa sobre o sol e o vento

Senador Marcelo Castro (MDB-PI) pretende incluir na reforma tributária emenda para permitir a cobrança de royalties sobre as energias solar e eólica

Anne Warth, O Estado de S.Paulo

21 de outubro de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Enfrentando dificuldades financeiras, os Estados da Região Nordeste querem taxar o sol e o vento para reforçarem seus caixas. A ideia, defendida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), é aproveitar as discussões sobre reforma tributária no Congresso para criar a possibilidade de cobrança de royalties sobre a **energia solar** e a **eólica**.

O texto proposto por Castro é simples: inclui, na Constituição, como “bens da União”, os “potenciais de energia eólica e solar” e permite a possibilidade de cobrança de participação ou compensação financeira na exploração desses recursos. A definição da alíquota dos royalties seria feita por meio de lei, que exige maioria simples na Câmara e no Senado, bem como os critérios de divisão desses recursos entre União, Estados e municípios.

Para o senador, não há diferença entre essa proposta e os royalties cobrados sobre petróleo, minérios e cursos de água com potencial de geração de energia. O que diverge, segundo ele, é o fato de que as energias solar e eólica ainda não eram viáveis em 1988, quando a Constituição foi feita. Segundo Castro, o royalty é compensação aos Estados produtores, já que o **ICMS** (imposto estadual) é cobrado no Estado para onde a energia vai, e não naquele em que ela foi gerada.

“O vento não é propriamente uma jazida, mas tem em alguns lugares e em outros não. A minha emenda tenta fazer com que os Estados com potencial de vento e sol tenham algum benefício, já que hoje eles não têm nenhum”, disse.

Proposta controversa

Mas a cobrança de royalties sobre sol e vento é controversa. A taxa tem como origem uma solução econômica para resolver conflitos de direito de propriedade. No Brasil, a Constituição definiu que a posse de petróleo, gás natural, minérios e da água utilizada para geração de energia é da União. O pagamento de royalties, nesses casos, seria uma compensação pela cessão desse direito de propriedade a terceiros.

No caso de petróleo, gás e minérios, trata-se de recursos finitos, e o fim da exploração tende a inviabilizar a economia das regiões atingidas. Para hidrelétricas, quase sempre há impactos irreversíveis nas áreas alagadas e que inviabilizam outras atividades - nesse caso, a cobrança se dá sobre a geração de energia, e não sobre a água em si. Em todos os casos, o royalty funciona como uma compensação às localidades atingidas.

Para especialistas, não há como comparar essas situações com a geração de energia solar e eólica. Vento e sol são recursos infinitos e sua exploração não inviabiliza outras atividades econômicas. Além disso, não há conflito de propriedade, pois outras pessoas podem utilizar, ao mesmo tempo, os recursos para outras finalidades - entre elas, aquecer água para chuveiros e mover moinhos de trigo, por exemplo.

O secretário estadual de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, afirma, porém, que algum tipo de compensação - seja royalty ou imposto - aos Estados produtores é necessária. Segundo ele, os governos vivem dificuldades financeiras pela transição rápida em direção a uma matriz limpa e pela desoneração de bens de capital usados na produção de energia, como baterias e turbinas de eólicas. Segundo ele, esses fatores têm reduzido a arrecadação derivada da energia, um dos setores que mais reforçam os cofres estaduais.

“Queremos continuar estimulando as fontes renováveis, mas com cautela, pois os Estados precisam sobreviver também”, afirma. Padilha convocou todos os secretários de Fazenda nordestinos para uma reunião para fechar uma posição sobre o tema.

Conceito inadequado?

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbis Gannoum, considera o conceito de royalty sobre vento inadequado. “O mesmo vento que gera

energia bagunça os meus cabelos. Vamos ter de pagar pela brisa? Se o sol e o vento pertencem a alguém, é a Deus”, disse. “Quem vai pagar essa conta é o consumidor. Estarão taxando energia limpa no Brasil, enquanto o resto do mundo incentiva essa produção.”

Para o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, não há fundamento jurídico nem técnico para esse tipo de taxa sobre a energia solar. “O sol é um recurso renovável, disponível e de uso democrático”, afirma. “O sol é também um recurso imprescindível para agricultura e traz competitividade para a produção nacional. Vão taxar o agronegócio?”, questionou. Para ele, a cobrança é o remédio errado para um problema legítimo: a falta de recursos dos Estados e municípios.

Alternativas

Uma proposta alternativa para contribuir com os Estados produtores é a do senador Jean-Paul Prates (PT-RN). Ele defende uma redistribuição dos recursos arrecadados com ICMS sobre energia, hoje concentrados no destino, para a origem. Essa proposta, segundo ele, reequilibraria a arrecadação entre os Estados e beneficiaria o Nordeste.

“Royalty sobre energia solar e eólica é algo errado sob o ponto de vista jurídico. Isso só se aplica sobre recurso não renovável, pois ele não estará disponível para gerações futuras. Vento e sol, até que se prove o contrário, sempre estarão aí”, disse. Segundo ele, seria uma solução regressiva e que inviabilizaria investimentos.

A proposta dele é permitir que parte da arrecadação de ICMS sobre energia também fique com os Estados produtores. Esse tributo sempre é aplicado sobre a origem, exceto nos casos de energia, petróleo e derivados - uma compensação, segundo ele, dada pela Constituição de 1988 para beneficiar o Estado de São Paulo.

“A preocupação do senador Marcelo Castro é válida e meritória. Precisamos de compensações, mas o instrumento correto não é esse: é reverter o polo beneficiado do ICMS”, disse. Essa ideia integra uma proposta de emenda constitucional que tramita no Senado e, segundo ele, pode se transformar em uma emenda à reforma tributária.

“Queremos propor uma calibragem para não ser algo radical e que gere resistências. Em vez de trazer todo o ICMS da energia para a origem, vamos fazer cálculos até que se chegue a um empate entre Estados produtores e consumidores, para quem perde perder o menos possível e para quem ganha ganhar o máximo possível”, disse.

Veículo: O Globo	Online
Data: 21/10/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governos têm dificuldades de cobrar dívidas na Justiça

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional arquiva ações com valores abaixo de R\$ 1 milhão

Além de pagar cerca de R\$ 2 bilhões por ano em dívidas ordenadas pela Justiça, o poder público no Brasil tem dificuldade em cobrar na própria Justiça os impostos a receber de pessoas físicas e jurídicas. A morosidade do Judiciário, causada principalmente por ações desse tipo, vem levando a União, estados e municípios a cobranças fora da Justiça. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já arquiva ações abaixo de R\$ 1 milhão, valores que tenta cobrar extrajudicialmente, por meio de protestos ou por inserção em serviços de proteção de crédito. Mesmo assim, 80% das dívidas nos tribunais já é considerada irrecuperável, de acordo com especialistas ouvidos pelo GLOBO.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esse tipo de ação é a principal responsável pelo congestionamento do Judiciário. De todos os processos no Brasil, 39% são de execuções fiscais, cerca de 31 milhões.

A estimativa dos custos para os cofres públicos é difícil. O único levantamento até hoje sobre o gasto com ações de execução é de 2012 e calculou em R\$ 4,6 mil o custo de cada uma delas em âmbito federal. Contudo, 85% dos casos estão nos estados. Se esse valor por ação for aplicado também a eles, o custo seria de R\$ 17 bilhões por ano.

Em razão disso, nos últimos anos, a União vem adotando medidas de “desjudicialização”: desde 2016, apenas cobranças com chance de êxito são impetradas na Justiça. Após a medida, a arrecadação da União aumentou em 500% na Justiça mesmo com a redução do número de processos (1,5 milhão foram arquivados).

A maioria das execuções fiscais são cobranças de tributos municipais, como IPTU. No Distrito Federal, por exemplo, são 94 mil ações cobrando IPTU, quase metade do total de execuções fiscais no Distrito Federal. Ações que cobram dívidas de ICMS, por outro lado, são apenas 1% das cobranças mas equivalem a 48% dos valores cobrados na Justiça.

EXECUÇÃO CIVIL

Além desses valores, há os gastos do Erário com execução civil, em que a União embora não figure como autora, também mantém o aparato judicial. A advogada Flávia Pereira Ribeiro, doutora em Processo Civil na Pontifícia Universidade Católica, defende que o Poder Judiciário também deixe de atuar como cobrador nessas ações. Ela calcula uma economia de R\$ 68 milhões aproximadamente com essa mudança.

—Segundo a Constituição, é atribuição do Judiciário dizer o direito, dirimir conflitos, dizer quem está certo ou errado. Isso é jurisdição. Se nem mesmo está havendo a jurisdição possível dentro do processo de execução, o Judiciário está sendo acionado para realizar meras cobranças —diz Flávia.

Regulação pelos Estados é dúvida e pode anular baixa de preços, diz CNI

Para especialista da confederação, falta transparência na definição de valores

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

21/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

A passos lentos

Medidas dos Estados para o Novo Mercado do Gás

✓ = Realizado; X= sem previsão; AP = aprovado

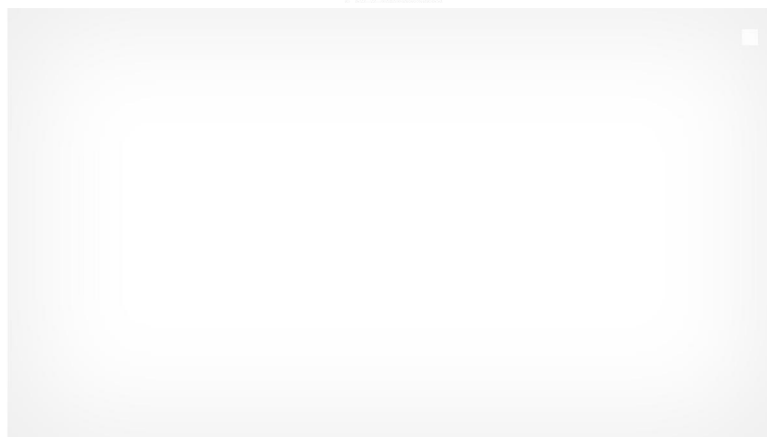
Critério	SP	RJ	MG	ES	RS	PR	SC	BA	PE	SE	MS
Privatização da distribuidora de gás	✓	✓	X	X	AP	X	X	X	X	X	AP
Agência reguladora para gás canalizado	✓	✓	X	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Consumidor livre	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	X	✓	✓	✓
Consumidor livre - cons mín desejável 10 mil m ³ /dia	✓	✓	✓	X	X	X	✓	X	X	✓	X
Consumidor livre - com duto dedicado e tarifa específica	X	✓	X	X	X	X	X	X	X	✓	X
Transparência nos contratos	X	X	X	✓	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A regulação do pelos Estados é ainda um ponto de dúvida na implementação do novo mercado do gás, avalia Juliana Falcão, especialista em Energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As reduções de preço que o governo federal espera a partir da entrada de mais competidores podem ser perdidas, dependendo de como o mercado for regulado. “Depois que o gás chega, o Estado regula como achar melhor e pode anular tudo”, afirmou.

Ela citou como exemplo o caso de São Paulo, onde chegou a ser anunciado um aumento da ordem de 30% no gás, depois reduzido para 20%. “Não existe transparência nos valores”, afirmou.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

A falta de transparência nos preços é o problema mais frequente detectado pela CNI, num levantamento feito nos Estados onde há mais potencial de consumo de gás pela indústria.

Do ponto de vista da entidade, o problema existe em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Mato Grosso do Sul.

Os dados mostram que os Estados avançam de forma heterogênea na tarefa de criar um ambiente econômico favorável ao que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de “reindustrialização”.

No momento, o mais avançado é o Rio de Janeiro. Lá, a distribuidora de gás já foi privatizada e existe uma agência reguladora para o mercado de gás canalizado.

O Estado admite a existência de consumidores livres (aqueles que podem comprar de qualquer distribuidora). A regulação estadual admite como livres aqueles que consomem no mínimo 10 mil metros cúbicos por dia, um nível que atende à maior parte das indústrias. Além disso, permite que o consumidor livre tenha um duto dedicado a ele, com tarifas específicas.

“Mas o Estado que mais avançou em termos de políticas foi o Sergipe”, disse a especialista. Embora ainda não haja lá grandes consumidores do gás natural, o potencial é grande. Na esteira da descoberta de reservas, foi instalada lá uma base de regaseificação e uma usina térmica. E o governo estadual corre para montar a estrutura institucional que permitirá o desenvolvimento do mercado a partir do gás.

Em outras unidades da Federação, porém, os avanços são mais modestos.

Apesar das dúvidas, Juliana acredita que o “choque de energia barata” vai acontecer. “Vai melhorar a competitividade de indústria, que hoje é perdida pelo alto custo da energia”, afirmou.

Ela observa que há interesse do mercado. Pelo menos 24 empresas se candidataram a carregar gás. E está em curso uma chamada da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para os interessados em utilizar a capacidade do gasoduto da Bolívia liberada pela Petrobras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Poliglota desvenda como cérebro aprende inglês e lança método

INGLÊS RÁPIDO

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

3 pares de sapato social mais carteira, por apenas R\$199,90. Venha conferir

CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Este emagrecedor natural é o mais eficaz que você vai encontrar

PHYTOPOWER CAPS

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 20/10/2019	Página: 04

FOLHA DE S.PAULO

A economia pode respirar em 2020

Dinheiro extra de FGTS, PIS, Bolsa Família, estados e cidades deve causar alívio

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Até a eleição de 2020, um bom dinheiro extra vai irrigar a economia. Deve ser mais de 1% do PIB, uns R\$ 70 bilhões ou mais que vão cair na mão de estados, municípios e famílias. Se não houver desastres novos, o estímulo deve aliviar um pouco da depressão.

Como o país observa bestificado um governo dar tiros até na própria cabecinha, caso da turumbamba vulgaríssima do PSL e dos Bolsonaro, sempre pode haver tumulto político sério, com implicações econômicas.

Suponha-se, por ora, que não seja assim.

Esse dinheiro extra não será a salvação da lavoura nem o começo do "milagre do crescimento", nem mesmo de algum crescimento duradouro, necessariamente. Mas deve ajudar a colher umas couves até a escolha dos prefeitos. Que dinheiro é esse?

Entre o final deste 2019 e do ano que vem, devem cair na mão das famílias cerca de R\$ 40 bilhões dos saques do FGTS. Outros R\$ 2 bilhões de saques do PIS/Pasep.

Mais R\$ 2,5 bilhões do "13º" do Bolsa Família.

Estados e municípios terão cerca de R\$ 24 bilhões dos recursos que serão arrecadados com os leilões de exploração de petróleo, agora em novembro. Vão gastar, claro. Será uma despesa picada, que não vai colocar de pé grandes obras ou projetos. Na verdade, governadores e prefeitos vão pagar muita despesa corrente, salário e aposentadoria e atrasados de fornecedores.

A conta já chega aí a pouco mais de R\$ 68 bilhões, quase 1%

do PIB ou 50% mais que o dinheiro liberado pelo governo de Michel Temer para dar uma ressuscitada na economia em 2017 (saques do FGTS). O efeito, porém, pode ser maior, ressaltada a hipótese de tumulto provocado pelo governo ou outro choque (desordem na economia mundial, por exemplo).

Algumas prefeituras mais bem arrumadas vão gastar mais em 2020, pois o ano é de eleição. Além do mais, estados e municípios estão recebendo mais dinheiro federal. Sim, por lei, parte dos im-

postos e dinheiros da exploração de recursos naturais têm de ser repassados para estados e cidades.

Nos últimos 12 meses, a receita total do governo federal ficou estagnada, em termos reais. Mas os repasses para estados e municípios cresceram, em especial graças ao petróleo. As transferências aumentaram em R\$ 15 bilhões.

Usando um microscópio, dá para perceber que a economia está em situação melhor agora do que em 2017. Em português claro, há mais crédito para pessoas físicas e as taxas de juros estão menores, em especial a taxa básica no mercado, embora até o custo do crédito bancário esteja um tico menos escorçante. As taxas de juros devem cair mais, daqui até o ano que vem, na ausência de choques e bolsonarices tumultuárias no Congresso. Em resumo, há um alívio nas "con-

dições financeiras", como dizem os economistas.

Um impulso de mais de 1% do PIB em "dinheiro novo", para gastar, e taxas de juros menores devem ser ajuda bastante para tirar o crescimento da casa de 1% deste ano e levá-lo para 2% em 2020. Não resolve a nossa situação, óbvio, e se trata por ora de hipótese estatística. Mas seria um alívio, ao menos temporário.

Seria o primeiro crescimento além de 1% desde 2013. É um número que deveria entrar nas considerações políticas e econômicas dos que odeiam e dos que amam o governo.

Vai acontecer? Pode haver choques. Uma crise mundial. Mais à vista, uma crise federal. O regime dos Bolsonaro parece o clichê da reabilitação de pessoas com problemas com drogas: "um dia depois do outro". Que sempre pode ser pior.

vinicius.freire@grupofolha.com.br

FOLHA DE S.PAULO

Sistema tributário é principal entrave para investimento no Brasil, diz FMI

Para Fundo, é preciso ir além da Previdência para atingir crescimento de médio e longo prazo

Marina Dias

WASHINGTON O FMI (Fundo Monetário Internacional) afirmou nesta sexta-feira (18) que o sistema tributário é o principal obstáculo para investimentos no Brasil e que é preciso medidas concretas — que vão além da reforma da Previdência — para que o país atinja um crescimento econômico no médio a longo prazo.

O diretor para hemisfério ocidental do Fundo, Aasim Husain, afirmou que é preciso tornar o sistema tributário brasileiro mais eficiente e manter a inflação e os juros baixos para criar um ambiente mais favorável aos investidores. Segundo o economista, enquanto a inflação se mantiver “bem comportada”, há espaço para manter uma política monetária acomodada, ou seja, de juros baixos.

“O sistema tributário no Brasil tem sido identificado como o principal impedimento para investimento no país. A reforma tributária e tornar o sistema mais eficiente são áreas que poderiam ser significativamente melhoradas.”

“Além disso, a liberalização comercial, o recente acordo entre União Europeia e Mercosul, assim como o plano de privatizações são outros elementos de reformas estruturais que vão contribuir para elevar a produtividade do crescimento no médio a longo prazo”, completou.

Há alguns meses, os investidores nos EUA têm adiado suas apostas no Brasil pois afirmam que, apesar do discurso de que reformas estão avançando no Congresso, não há reflexo dessas medidas nos índices de crescimento econômico do país. Eles têm preferido colocar seu dinheiro em

nações emergentes da Ásia.

As previsões de crescimento feitas pelo FMI para o Brasil seguem esse desânimo. Os números divulgados na terça (15), durante a reunião anual do Fundo, não são animadoras mesmo se comparadas aos dados previstos para a economia mundial (em forte desaceleração) ou aos esperados neste ano para países emergentes ou em desenvolvimento.

O Fundo espera um crescimento de apenas 0,9% do PIB para este ano — a previsão de abril era de 2,5% —, enquanto as expectativas para os demais emergentes foram revistas de 4,5% para 3,9%.

Em 2020, o crescimento do PIB brasileiro pode chegar a 2%, de acordo com o Fundo, mas Husain pondera que será possível quantificar o impacto das reformas de fato somente quando “os planos se tornarem medidas específicas.”

“Não incorporamos isso [quantificação do impacto] em nossas previsões até que as medidas estejam em vigor.”



A reforma tributária e tornar o sistema mais eficiente são áreas que poderiam ser significativamente melhoradas

Aasim Husain
diretor para hemisfério ocidental do FMI

Secretário critica ‘relação de clientela’ do Brasil com China

Às vésperas da viagem de Jair Bolsonaro à China, na próxima semana, o secretário de comércio exterior do governo, Marcos Troyjo, disse que o Brasil tem uma “relação de clientela” com a China que é preciso ser ampliada e melhorada até alcançar o status de parceria de fato.

Na avaliação de Troyjo, ao contrário dos americanos, o Brasil não tem hoje um relacionamento de interdependência com os chineses.

Diante de uma plateia de investidores e empresários nesta sexta (18), em Washington, o secretário foi questionado sobre as vantagens que o Brasil vê na relação com a China, a interlocução do Planalto com o Congresso americano e a percepção do governo brasileiro sobre o apoio de Donald Trump à entrada do país na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Troyjo admitiu que é preciso melhorar a comunicação com os parlamentares nos EUA, fazer “a lição de casa” para ingressar de fato na OCDE e trabalhar com “mais sobre a mesa” quando o assunto for a relação com a China. “Queremos ser parceiros”, declarou o secretário.

“Às vezes usamos palavras que não refletem necessariamente a realidade no terreno. Às vezes usamos ‘parceria’ quando, na realidade, o que se tem é uma relação de clientela, é mais como um cliente”, afirmou Troyjo.

“Se você realmente quer passar dessa relação de clientes para algo maior, tem



O secretário de comércio exterior do governo Bolsonaro, Marcos Troyjo

Keiny Andrade - 13.ago.2018/Folhapress

que haver mais sobre a mesa e acho que uma das razões pelas quais o presidente Bolsonaro está indo para a China agora é discutir essas oportunidades”, completou ele.

Representando o ministro Paulo Guedes (Economia) — que desistiu de viajar à capital americana — em evento da Câmara de Comércio Brasil-EUA, o secretário declarou ainda que o Brasil precisa “manter sua soberania” nos desdobramentos de qualquer negociação com os chineses, mas que há “muito a fazer” quando o assunto é a relação com Pequim.

Durante o evento, ele respondia a perguntas de Donna Hrinak, presidente da Boeing para a América Latina, que refletiu o sentimento de parte dos investidores e empresários americanos que ainda têm dúvidas sobre o escopo do acordo comercial entre Brasil e EUA, por exemplo, e têm adiado colocar dinheiro no país enquanto o discurso das reformas não refletir no crescimento da economia brasileira — em torno de 1%.

Troyjo se disse otimista com a relação entre Trump e Bolsonaro, mas admitiu que é preciso ir além das reformas para tirar proveito do momento que considera único nas conversas entre os dois países.

Quando esteve em Washington, em março, Bolsonaro saiu da Casa Branca com a promessa de que os EUA apoiariam o ingresso do Brasil na OCDE, mas, na última semana, apesar de autoridades americanas reiterarem que dão suporte ao ingresso brasileiro, somente formalizaram o apoio à entrada de Argentina e Romênia na organização.

O movimento frustrou o governo Bolsonaro, que espera uma maior assertividade da equipe de Trump.

Troyjo afirmou ainda que o Brasil entende que está passando por um “processo” mas precisa “fazer a lição de casa.”

“Os EUA estão apoiando a entrada do Brasil [na OCDE], eles formalizaram isso no nível mais alto”, afirmou.

“Nós entendemos que isso é um processo, que é a lição de casa que o Brasil precisa fazer, alguns processos que a OCDE precisa realizar.”

Veículo: G1	
Data: 20/10/2019	Caderno: Economia



Após Previdência, governo planeja enviar medidas econômicas ao Congresso; saiba quais são

Intenção da equipe econômica do governo é aprovar reformas tributária e administrativa, fazer mudanças no pacto federativo e acelerar privatizações.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

20/10/2019 05h00 Atualizado há um dia

A área econômica do governo Bolsonaro, chefiada pelo ministro Paulo Guedes, já tem praticamente fechado um amplo pacote de medidas para propor ao Congresso Nacional após a conclusão da reforma da Previdência. A intenção é apresentar o plano como uma agenda de "transformação" do Estado.

De acordo com interlocutores da equipe econômica, as propostas têm sido debatidas internamente nos últimos meses e só não foram apresentadas ainda para evitar ruídos no Legislativo e afastar problemas na aprovação da reforma da Previdência, considerada prioridade e cuja tramitação deve ser **concluída nesta semana**.

O pacote econômico vai prever ações com o objetivo de melhorar as contas do governo, dos estados e municípios, simplificar procedimentos e estimular o crescimento da economia, visando a geração de empregos. Várias das medidas já foram comentadas por autoridades do Ministério da Economia nos últimos meses.

O plano contempla quatro eixos básicos:

- mudanças no chamado pacto federativo (regras sobre arrecadação, os campos de atuação dos estados e municípios e suas obrigações);
- reforma administrativa (alteração de regras para o serviço público);
- reforma tributária (mudanças nos tributos cobrados da sociedade);
- aceleração do processo de privatizações (vendas de empresas públicas).

As linhas gerais da proposta

MUDANÇAS NO PACTO FEDERATIVO

Considerado pela área econômica como o principal eixo do pretendido processo de transformação da economia, as mudanças no pacto federativo – conjunto de regras constitucionais que determina a arrecadação de recursos, os campos de atuação dos estados e municípios e suas obrigações para com os contribuintes – englobarão uma série de propostas.

Segundo informações iniciais do Ministério da Economia, com as mudanças no pacto federativo, a previsão é de um aumento de transferências de recursos aos estados e municípios, de cerca de R\$ 500 bilhões em 10 anos. Mas esse valor pode cair devido à **"desidratação" da proposta de reforma da Previdência**.

Apesar de destinar mais recursos aos estados e municípios, a proposta da área econômica é de que sejam **vedados gastos adicionais desses entes em pessoal** e custeio – de modo que as transferências adicionais feitas pelo governo sejam utilizadas para investimentos e redução de dívidas.

Conheça os principais pontos das propostas de mudança no pacto federativo:

- **Divisão dos recursos do petróleo** - junto com a divisão dos recursos do **megaleilão de petróleo da cessão onerosa**, o ministro Paulo Guedes já informou que o **governo quer aumentar a destinação de recursos do pré-sal aos estados e municípios**.
- **Fundeb** - Governo deve propor a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com aumento proposto no repasse da União **de 10% para 15%**, que seria feito por meio de recursos existentes nos fundos constitucionais. O valor proposto, porém, ficará abaixo da proposta da deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) que torna o Fundeb permanente – pela qual a União teria que arcar com a alta dos repasses para 40%.
- **Descentralizar, desvincular e desindexar (DDD)** - Além da *descentralização* de recursos (destinação maior de verbas do petróleo e do Fundeb para os estados e municípios), o plano do ministro Paulo Guedes prevê ainda a *desindexação* do orçamento (que as despesas deixem de crescer, na medida do possível, de acordo com indexadores) e a *desvinculação* de recursos (desobrigação de gastos em determinadas áreas). O plano ficou conhecido como "DDD". "Somos geridos hoje por um 'software' [que controla a destinação dos recursos], programa que manda o dinheiro sair, em determinada proporção, e 96% está carimbado. Há uma inversão de valores. Em uma democracia madura, o Congresso assume os orçamentos públicos. O Congresso tem de assumir o controle orçamentário da República", **explicou o ministro Guedes em setembro**.
- **Reforço de gatilhos das regras fiscais** - A regra do teto de gastos públicos (pelo qual as despesas não podem crescer acima da inflação do ano anterior) já prevê, no caso de seu descumprimento, uma série de "gatilhos" que seriam acionados como, por exemplo, a proibição para novos concursos, de reajustes aos servidores e de aumentos de gastos com subsídios. O problema é que o governo já vem adotando essas diretrizes nos últimos anos, mesmo sem o descumprimento do teto de gastos. Por isso, o plano, que deve prever o "reforço" desses gatilhos, tem como base propostas da PEC do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relacionadas com a **regra de ouro**. De acordo com o Ministério da Economia, o governo analisa apoiar a interrupção do pagamento do abono salarial caso os limites sejam descumpridos e a redução temporária da jornada de trabalho de servidores, com redução salarial equivalente. Também avalia propor o corte de todas as remunerações acima do teto do Supremo Tribunal Federal (STF).
- **Conselho Fiscal da República** - Governo vai propor a criação desse conselho, que vai reunir integrantes da área econômica, do Congresso Nacional, do Judiciário e dos estados. O presidente Jair Bolsonaro também poderá participar dos encontros. A ideia, segundo disse Guedes recentemente, é que o conselho analise a cada três meses a destinação dos recursos públicos. O conselho está sendo apelidado de "Copom das contas públicas". O Copom é o órgão do Banco Central que define os juros básicos da economia, com base nas metas de inflação. Já o Conselho Fiscal da República acompanhará a execução dos gastos públicos e o cumprimento das regras fiscais. Atualmente, há três normas fiscais a serem cumpridas: o teto de gastos (despesas não podem subir acima da inflação do ano anterior); a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida) e a chamada **regra de ouro** (que impede que o governo contraia dívida para cobrir despesas correntes, como o pagamento de salário de servidores). A área econômica defende a manutenção das duas primeiras, mas negocia alterações na regra de ouro.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A área econômica informou que o governo está fazendo, nos últimos meses, um "grande diagnóstico" do serviço público e que conversa com especialistas, além de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para definir as bases de uma proposta de reforma administrativa a ser enviada ao Legislativo.

De acordo com as projeções contidas na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, os gastos com servidores públicos – a segunda maior despesa primária do

orçamento (perdendo apenas para a previdência social) – avançariam de R\$ 326 bilhões, em 2019 (4,46% do Produto Interno Bruto - PIB), para R\$ 338,1 bilhões em 2020 (4,29% do PIB); para R\$ 350 bilhões em 2021 (4,14% do PIB); e para R\$ 363,3 bilhões (4% do PIB) em 2022.

O impacto da reforma administrativa nas contas públicas, segundo a última previsão do Ministério da Economia, deve começar em 2021.

Veja pontos da reforma administrativa pretendida pelo governo:

- **Regime jurídico para novas contratações de servidores** - O governo avalia flexibilizar as regras de contratação de novos servidores públicos. **Está em estudo, por exemplo, a contratação de celetistas e de funcionários temporários**, que não teriam estabilidade no cargo, via concurso público. Atualmente, os servidores públicos estatutários da administração direta, de autarquias ou de fundações públicas têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovados em avaliação especial de desempenho. Isso vale para todos os poderes da União, de estados, do Distrito Federal e dos municípios. Quem faz concurso para empresas públicas e sociedades de economia mista é chamado de empregado público e está submetido ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- **Salário** - Nas novas contratações, o objetivo é aproximar o salário inicial da "realidade do mercado", o seja, do setor privado. Estudo do Banco Mundial diz que o **setor público federal paga, em média, salários 96% superiores aos pagos pelo setor privado formal**. O levantamento foi feito com base em dados de 2017.
- **Progressão de carreira** - Atualmente, há uma tabela de progressão salarial com 13 níveis. A intenção do governo é que a progressão tenha mais níveis, de modo que os servidores demorem mais tempo para chegar ao salário final da carreira.
- **Número de carreiras** - Atualmente, há mais de 300 tipos de carreiras no serviço público. A proposta é reduzir para algo entre 20 ou 30 carreiras. Segundo o governo, isso vai racionalizar o sistema e permitir uma maior "mobilidade" para os servidores.
- **Avaliação de servidores** - O governo quer aprimorar o sistema de avaliação de servidores públicos. "Estamos vendo as melhores práticas internacionais para criar um mecanismo onde o servidor se sinta engajado, tenha reconhecimento. No futuro, a gente quer um mecanismo onde a atuação do servidor tenha um peso muito importante para o seu crescimento", disse o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Uebel, em agosto.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O governo vai finalmente enviar, ao Legislativo, sua aguardada proposta de reforma tributária – o que foi evitado, até o momento, em razão da prioridade ao processo de aprovação da reforma da Previdência Social.

Enquanto aguardava o "timing" correto, o governo viu caminhar mais fortemente no Congresso Nacional duas propostas: a PEC 45/2019, **que tramita na Câmara dos Deputados** e abrange cinco tributos, que seriam transformados em um único, que incidiria sobre o consumo e seria cobrado no destino; e a PEC 110/2019, **discutida no Senado Federal**, e pela qual seriam extintos nove tributos e substituídos por um imposto sobre bens e serviços.

A simplificação da cobrança de impostos é considerada por especialistas como fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Analistas e investidores reclamam do elevado número de tributos e da complexidade e dizem que isso afasta investimentos.

No caso do ICMS estadual, por exemplo, há 27 diferentes legislações vigentes no país. A reforma tributária, com várias propostas discutidas nos últimos 30 anos, sem sucesso, é avaliada como sendo de alta complexidade.

Veja pontos da proposta que o governo pretende apresentar de reforma tributária:

- **IVA dual** - Diferentemente das duas propostas que tramitam no Congresso Nacional (na Câmara e no Senado Federal), a área econômica não vai propor, em um primeiro momento, a unificação dos tributos federais, estaduais e municipais em um imposto sobre valor agregado (IVA). A proposta do governo vai encampar a unificação do PIS e da Cofins (considerados mais problemáticos), incorporando, em um segundo momento, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Depois, os estados e municípios que aprovarem a alteração, em suas assembleias legislativas, poderão "acoplar" o ICMS e o ISS ao IVA do governo.
- **Folha de pagamento** - A área econômica continua avaliando formas de desonerar a folha de pagamento das empresas, depois que a proposta de retomar a cobrança de um tributo nos moldes da extinta CPMF caiu por terra – **junto com o ex-secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, que a defendia**. Recentemente, o governo informou que está **negociando a redução das alíquotas do Sistema S**, cobradas na folha, que variam, atualmente, de 0,3% a 2,5%, dependendo do ramo de atividade, mas outros estudos estão sendo feitos para desoneração da folha.
- **Tributação de lucros e dividendos**: representantes da área econômica, **e o próprio presidente Jair Bolsonaro**, já informaram que pretendem propor a retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos aos cotistas e acionistas de empresas. Esse tributo deixou de ser cobrado pelo Brasil em 1995. Atualmente, o país é um dos poucos no cenário internacional que não opera com essa tributação.
- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica**: em contraponto à ideia de tributar a distribuição de lucros e dividendos, o Ministério da Economia também vai propor a redução do Imposto de Renda cobrado das empresas. A carga tributária das empresas, segundo informou o ministro Guedes em janeiro, **é de 34%, mas a área econômica quer reduzir a tributação** para um patamar mais próximo do praticado em outros países. A ideia é que a alíquota seja reduzida para algo próximo a 20%. Informações de interlocutores da área econômica são de que essa redução seria gradual, com o passar dos anos.
- **Imposto de Renda Pessoa Física**: o ministro da Economia, Paulo Guedes, **indicou que o governo quer diminuir as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física, como em Saúde e Educação**, mas a área econômica também informou que pode reduzir a alíquota máxima atual, de 27,5%, para 25%, algo que compensaria a redução das deduções. Outro objetivo é promover uma simplificação das regras. As alíquotas, atualmente cobradas nas faixas de renda, também podem mudar.
- **Benefícios fiscais**: a proposta de reforma tributária do governo também vai **prever a revisão até 2022 de cerca de R\$ 100 bilhões concedidos por meio de subsídios (renúncias fiscais)**, segundo informações da área econômica. A revisão acontecerá durante os próximos três anos, e a ideia é revisar cerca de R\$ 35 bilhões (0,5% do PIB) a cada ano. A medida não representa, necessariamente, a eliminação dos subsídios. Isso porque poderá ser feita a realocação de recursos, ou seja, o governo pode eliminar alguns subsídios, autorizar novos ou substituir alguns já existentes.

PRIVATIZAÇÕES

O Ministério da Economia informou, no começo deste mês, que **o governo já levantou R\$ 96,2 bilhões (US\$ 23,5 bilhões) em privatizações**, desinvestimentos, concessões e venda de ativos neste ano.

O valor ultrapassa a meta estabelecida pelo governo, de US\$ 20 bilhões em 2019. A pasta não soube informar, no entanto, quanto do total efetivamente já entrou no caixa da União. O objetivo da área econômica é caminhar o mais rápido possível com o processo de desestatização.

O **governo federal contabilizou, em outubro, 205 empresas estatais** de controle direto ou subsidiárias. O balanço anterior, divulgado pela pasta em agosto, informava que eram 133 empresas.

A mudança se deve à inclusão no levantamento de empresas subsidiárias que atuam no exterior e de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), criadas em sociedade com empresas privadas para executar projetos determinados, especialmente no setor elétrico.

Segundo o último balanço, as estatais ainda possuem participações minoritárias em 432 empresas privadas – totalizando uma atuação da União em 637 empresas, entre públicas e privadas.

Em agosto, o **governo federal anunciou um plano para privatizar nove empresas estatais:**

- Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp);
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev);
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
- Empresa Gestora de Ativos (Emgea);
- Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec);
- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp);
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).
-

O secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, informou neste mês que o valor arrecadado com privatizações aumentará até o final do ano e que o governo deve se concentrar na venda de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em empresas de capital aberto.

Tribuna

Receita notifica 330 mil contribuintes

G1

A Secretaria da Receita Federal informou ontem que começou a notificar cerca de 330 mil contribuintes com “indícios de inconsistências” no Imposto de Renda Pessoa Física 2019 (ano-base 2018) a verificarem suas declarações. Essas pessoas ficaram retidas na malha fina.

“Trata-se de ação destinada a estimular os contribuintes a verificarem o processamento de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e a providenciarem correção, caso constatem erro nas informações declaradas ao Fisco”, informou o órgão.

De acordo com a Receita Federal, a notificação está sendo feita por meio do envio de cartas aos contribuintes. O órgão explicou que, neste primeiro momento, esses contribuintes não estão sendo autuados, o que implicaria no lançamento de multa.

Mas advertiu que, caso o contribuinte não aproveite a oportunidade de se “autorregularizar”, poderá ser intimado formalmente para explicar as divergências encontradas.

“Após receber intimação, não será mais possível fazer qualquer correção na declaração e qualquer exigência de imposto pelo Fisco será acrescida de multa de ofício de, no mínimo, 75% do imposto que não foi pago pelo contribuinte, ou que foi pago em valor menor do que o devido”, explicou o Fisco. O contribuinte que receber a notificação da Receita Federal deve consultar a situação de sua declaração do Imposto de Renda 2019 no site do órgão, no serviço “Extrato da DIRPF”, utilizando código de acesso ou certificado digital.